

O CLIMA COMO CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL E O DISCURSO MÉDICO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX

LUIS FERNANDO TOSTA BARBATO*

Resumo: Este artigo tem como objetivo tratar das relações entre o clima tropical e o saber médico no século XIX, em especial as contribuições da Academia Imperial de Medicina e da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Isso porque o clima tropical fora visto durante séculos como um verdadeiro entrave à civilização e à salubridade dos povos que nele viviam, pois era associado à doença e à deterioração do ser humano. O que buscamos aqui é observar como o discurso médico trouxe essa questão para o Brasil do século XIX e como a medicina se apresentou como uma aliada dos brasileiros na busca por minimizar os efeitos nocivos do seu clima tropical e, assim, contribuir para a elevação do país a patamares mais elevados da civilização, conforme se pensava à época.

Palavras-chave: Clima. Discurso Médico. História da Medicina.

Abstract: This article aims to address the relationships between tropical climate and medical knowledge in during the nineteenth century; in particular, the contributions of the Academia Imperial de Medicina and the Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. The tropical climate had been seen for centuries as a real obstacle to civilization and to the health of people, because it was associated with disease and the deterioration of human beings. What we seek here is to observe how medical discourse brought this issue in the nineteenth century Brazil and how medicine is presented as an ally in seeking to minimize the harmful effects of the tropical climate, and thus contributing to the elevation of the country to greater heights of civilization, as was thought at the time.

Keywords: Climate. Medical Discourse. History of Medicine.

Nos dias atuais é difícil negar que nosso clima tropical ocupa um lugar privilegiado no imaginário social do Brasil. Se dermos um pouco de atenção a toda gama de canções, filmes, HQs, propagandas turísticas e vários outros tipos de manifestações culturais que nos rodeiam, notaremos que essa temática é frequente, e que a tropicalidade brasileira é exaltada e se mostra como algo inerente ao país.

No entanto, se tomarmos o clima como um constructo sociocultural, talvez seja possível rediscutir essa suposta “tropicalidade” que é atribuída ao Brasil. Assim sendo, e partindo do

Artigo recebido em 31 de outubro de 2014 e aprovado em 16 de dezembro de 2014

* Doutor em História pela UNICAMP e professor do Instituto Federal de Educação do Triângulo Mineiro, bolsista FAPESP. E-mail: lfbarbato@gmail.com

pressuposto de que as diferentes imagens relacionadas ao clima extrapolam a dimensão meramente física do fenômeno, a questão climática torna-se um objeto de estudo passível de ser analisado de um ponto de vista histórico.

Ou seja, mais do que analisar o clima como um componente exclusivo ao mundo natural, o problema aqui é entendê-lo como um fenômeno dotado de historicidade e que, portanto, também está submetido às indeterminações sócio-históricas. Não que neguemos que o Brasil é de fato um país majoritariamente tropical, mas o que queremos mostrar é que mesmo o clima é objeto de construções imaginárias e palco de disputas políticas.

Tais conclusões foram tomadas a partir da análise da temática em diferentes períodos de nossa história. Se recorrermos aqui a esses tais períodos, poderemos notar que, apesar de, como já enunciamos, o clima ser um elemento físico, ele adquire diferentes conotações simbólicas, variando seus apreços e consequências no decorrer da história, mesmo lembrando que o clima tropical, salvo pequenas variações, foi sempre o mesmo, se levarmos em conta apenas suas características físicas.

Podemos afirmar que desde os primórdios da Humanidade, o homem se atém aos sinais do tempo. No entanto, o clima encarado como objeto de ciência só começa a aparecer no pensamento social nos séculos XVII e XVIII – isso se desconsiderarmos os esparsos, porém não pouco significativos, estudos produzidos na Grécia Antiga¹ –, de maneira ainda rudimentar. É só no século XIX que as ciências que estudam o clima – a climatologia e a meteorologia – se firmam enquanto campo de estudo².

No caso do Brasil, não escapamos aos movimentos da história sobre o clima, ou das teorias que relacionavam seus efeitos sobre o desenvolvimento e características dos povos. Uma história europeia, é claro, mas que não deixa de abarcar o Brasil e a colônia portuguesa que viria a formá-lo, colocando o Brasil também no centro dos debates acerca dos efeitos do clima – e principalmente dos trópicos – sobre as pessoas. Como o Brasil foi um país de colonização europeia, recebeu toda a carga de teorias e preconceitos que os filósofos, depois

¹ Vale ressaltar que os gregos já partilhavam de estudos do clima e suas relações com a vida e sociedades humanas. Nomes como Heródoto e Aristóteles se atentaram aos seus efeitos sobre as populações, mas foi Hipócrates quem o tratou de maneira mais apurada e legou os maiores tratados sobre o clima produzidos na antiguidade. No entanto, apesar de despertar o interesse dos gregos, talvez à exceção de Hipócrates, os estudos relacionados ao clima eram esparsos e pontuais no mundo grego.

²FERRAZ, J. Sampaio. “A meteorologia no Brasil”. In AZEVEDO, Fernando de(org.). *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. pp. 233-251. Mais referências sobre esse tema podem ser encontradas em: AB’SABER, Aziz Nacib. “A climatologia e a meteorologia no Brasil” In FERRI, Mário Guimarães & MOTOYAMA, Shozo (orgs.). *História das ciências no Brasil*. V. 2. São Paulo: EDUSP, 1979; SANT’ANNA NETO, João Lima. “História da climatologia no Brasil: Gênese e Paradigmas do clima como fenômeno geográfico”, in *Cadernos Geográficos/Universidade Federal de Santa Catarina*. Nº 1. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

os naturalistas e, por fim, os historiadores, sociólogos, geógrafos, e toda a gama de cientistas entre os quais o conhecimento se dividiu, lançaram sobre o país e seu clima. Nesse sentido, a Carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento escrito que temos a respeito do território brasileiro, é um bom exemplo para iniciarmos tal discussão.

Sobre a terra recém-encontrada, o escrivão português a descreve como “de muitos bons ares, assim frios e temperados”,³ deixando, portanto, ao seu leitor uma imagem de benignidade dos novos “ares” alcançados. Devemos ainda ressaltar, que essa imagem positiva a respeito da natureza brasílica permeia os relatos de outros autores que discorreram sobre o Brasil nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa.⁴ Viajantes franceses como Léry, Thevet e Abbeville, e mesmo colonos portugueses, como Gândavo e Brandônio não deixaram de relatar as delícias e prazeres de viverem na zona tropical, e o bem que isso fazia para seus corpos e mentes.⁵

Jean de Léry, por exemplo, publicou seu relato referente à sua estada na França Antártica, em 1578, e em suas descrições a respeito das terras tropicais que encontrou, como nos traz Schwarcz, “faz o leitor seguir viagem ao seu lado e logo se refere ao impacto que sentiu diante da natureza brasileira (...)”.⁶ Como podemos ver no trecho abaixo:

Por isso, quando a imagem desse novo mundo, que Deus me permitiu ver, se apresenta aos meus olhos, quando revejo assim a bondade do ar, a abundância de animais, a variedade de aves, a formosura das árvores e das plantas, a excelência das frutas e em geral, as riquezas que embelezam essa terra o Brasil, logo me acode a exaltação do profeta no salmo 104:

Ó seigneurDieu, que tes oevres divers

Sont merveilleux par Le monde univers:

Ó que tu as tout fait par grande sagesse!

³ CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugalia Editora, 1967. p. 256.

⁴ Podemos tomar como exemplo dessa afirmativa o relato de Américo Vespúcio. Cf. PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991. pp. 25 – 28; Ou ainda os relatos de jesuítas, produzidos no início do processo de colonização Cf. HUE, Sheila Moura. *Primeiras Cartas do Brasil (1551 – 1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zaluar, 2006. p. 32; E também as narrativas produzidas por alguns dos primeiros viajantes europeus que aportaram no Brasil, nos séculos XVI e XVII – como os franceses Thevet, Lery, Abbeville e Evreux (SANT’ANNA NETO, 1993: 19-20).

⁵ BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)*. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008. p. 34.

Fora o exemplo acima, há ainda inúmeros outros produzidos nesses primórdios do Brasil colonial, que seguem a mesma linha de Léry, e, assim, sobre o Brasil é descarregada toda uma série de elogios, principalmente à benevolência da sua natureza e à salubridade do seu clima. No entanto, se no período acima citado – século XVI e início do XVII –, o Brasil é apresentado como um lugar privilegiado no que se refere ao seu meio ambiente, no século XVIII, já encontramos opiniões divergentes, corroborando assim nossa perspectiva que rompe com a ideia do elemento natural – no caso o clima - como um conceito apenas físico e o traz também como uma ideia fluída e mutável, e à mercê das construções discursivas.

No entanto, as visões positivas sobre os trópicos, que nunca foram unanimidades, é verdade⁸, mas que gozavam de certo prestígio geral, se observarmos os relatos a seu respeito, começaram a se deteriorar nos idos do século XVIII. É nesse século, portanto, que observamos a ascensão da América como *locus* privilegiado acerca de um debate europeu que traz à tona a relação entre natureza, corpo social e política e que levanta imagens bastante negativas a respeito do meio ambiente do Novo Mundo. Em linhas gerais, podemos dizer que Montesquieu, Buffon, Raynal, De Pauw, Buckle, entre outros, propagaram teses que apontavam uma suposta debilidade – ou imaturidade - da natureza americana, sendo esses traços negativos estendidos aos seus habitantes.⁹

Uma série de filósofos, vários deles pertencentes ao movimento da Ilustração europeia discutiram as relações entre a natureza, o corpo social e a política, de que falamos, como é o caso de Montesquieu, em seu *O Espírito das Leis* (1748), no qual defende que os homens não são guiados apenas por suas fantasias, mas haveria princípios que governariam as leis e os costumes, válidos em todo o mundo. Ao contrário de Hobbes, Locke e Rousseau,

⁷“Senhor Deus, como tuas obras diversas são maravilhosas em todo o universo! Como tudo fizeste com grande sabedoria! Em suma, a terra está cheia de tua magnificência.” LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 181.

⁸ Principalmente em decorrência dos hábitos das populações nativas, como a antropofagia, a feitiçaria e a nudez, condenadas por muitos daqueles mesmos viajantes que elogiaram o Brasil, e que serviam como um contraponto ao paraíso tropical conferido pela natureza tropical. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. Op. Cit. pp. 13-23.

⁹ Sobre esse tema, é indispensável que nos remetamos à monumental obra de Antonello Gerbi. Cf. GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – História de uma polêmica 1750 -1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. Essa discussão é recorrente em diversos outros autores, já que se trata de tema fundamental na história do pensamento americano, podemos citar como exemplo: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991; PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999; ARREGUI, Frederico Alvarez. “El debate del Nuevo Mundo” In PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993.

Montesquieu não se interessa pelo contrato social. Sua reflexão se volta para os tipos de sociedade, buscando nelas suas regras objetivas. Constrói assim uma teoria geral do clima, que ajuda a explicar a pluralidade dos costumes e das leis: “o império do clima é o primeiro de todos os impérios”, afirma ele.¹⁰

Essa teoria tem como centro a natureza e as instituições da Europa, produzindo uma hierarquia do espaço natural e social, no qual o clima temperado e a monarquia constitucional são considerados os modelos ideais, tendo como opostos os climas tórridos e glaciais, e seus respectivos padrões de governo, segundo Montesquieu: a república e o despotismo oriental.

O trecho de Ventura, abaixo, relata bem o pensamento de Montesquieu:

A escravidão, a poligamia e o despotismo resultam, na sua visão [de Montesquieu], da apatia geral dos habitantes dos climas quentes, em que o calor traria o “relaxamento” das fibras nervosas. Com isso o indivíduo perderia toda sua força e vitalidade, seu espírito ficaria abatido, entregue à preguiça e à ausência de curiosidade, enervando o corpo e enfraquecendo a coragem. O clima quente favorece a aceitação da servitude: “não surpreende que a covardia dos povos dos climas quentes os tenha tornado quase sempre escravos, e que, a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres. É um efeito que deriva de sua causa natural” [aqui citando Montesquieu].¹¹

Notamos por esse trecho, que a visão do filósofo francês a respeito dos ambientes de clima quente é extremamente negativa. O mesmo valia para os climas extremamente frios. A liberdade predominante na Europa poderia então ser explicada em virtude de estar posicionada na zona temperada ideal do globo.¹²

Nos demais continentes, as condições naturais teriam trazido o despotismo e a escravidão. Assim sendo, a Ásia seria um continente cuja predisposição à tirania seria explicada devido ao clima muito frio, que se altera com áreas excessivamente quentes; já a África teria como características a escravidão e a debilidade de seus governos, devido precisamente ao clima tórrido. Sobre a América, que ele divide em duas áreas, a posição de Montesquieu é ambígua.

Havia a América próxima ao Equador, terra dos “impérios despóticos do México e do Peru”, e outra, fora dos trópicos, povoada por “pequenos povos livres”. Montesquieu apontava que a existência dessas populações no continente poderia ser atribuída à fertilidade do solo americano, que produzia, por si só, frutos, independentemente da ação do homem.

¹⁰VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991. p.19.

¹¹Idem, p.20.

¹²Nesse ponto, é interessante ressaltar que Montesquieu simplesmente não toca na escravidão presente nas sociedades gregas e romana, consideradas os berços da civilização europeia.

Portanto, notamos que na teoria de Montesquieu o futuro do Novo Mundo está aberto, já que havia áreas dentro da “zona climática ideal”, compatíveis com o modelo europeu. Ou seja, apesar das facilidades que a natureza oferecia, o que era visto de forma negativa, pois não levava seus habitantes a pensar e a evoluir para sobreviver, ainda havia uma chance de a América se civilizar.¹³

Sobre o pensamento de Montesquieu em relação à interferência do clima no caráter do ser humano, podemos observar um retorno das ideias hipocráticas, que pregam, por exemplo, a ação benéfica do clima frio sobre os corpos, retesando-os, e aumentando assim sua força e, da mesma forma, o efeito maléfico dos climas quentes sobre esses mesmos corpos, alongando-os, afrouxando-os, o que explica o maior vigor dos povos do Norte, de clima frio, e em contraposição, a frouxidão dos povos tropicais. Podemos encontrar ainda nessas teorias hipocráticas, revisitadas por Montesquieu, e muitos outros depois – uma vez que, se já não eram, viriam a se tornar *lugar-comum*, segundo Bresciani -, a gradação da sensibilidade em relação aos prazeres e à dor, da menor sensibilidade nos climas frios, à maior nos climas quentes.

No entanto, vale aqui frisar, que assim como Hipócrates, Montesquieu não era de todo determinista; apesar de crer na intensa participação das condições ambientais na determinação de comportamentos e caráter dos povos, o iluminista francês, não via essa relação de maneira peremptória e incontornável. Como mencionou Bresciani, “ele se recusaria expressamente a isso, considerando mesmo um grande absurdo pensar que um fatalismo cego pudesse ter produzido seres inteligentes”.¹⁴ Tanto que Montesquieu via como tarefa dos legisladores e bons governantes sobrepor-se a esses percalços impostos pelo clima e a outros fatores ambientais, quanto mais estes tentassem se impor sobre suas sociedades.¹⁵

Vale ainda ressaltar que Montesquieu, não foi original ao elaborar essas ideias, na Europa Moderna. Jean Bodin, por exemplo, um século e meio antes, já antecipara alguns dos paradigmas que Montesquieu abordaria em seu *O Espírito das Leis*. No entanto, como ressalta David Arnold, a importância de Montesquieu está na sua capacidade de absorver e sintetizar essas ideias sobre a influência do meio sobre o homem, que circulavam pela Europa, para apresentá-las de uma forma atrativa e relativamente coerente. Tanto que podemos encontrar

¹³VENTURA, Roberto. Op. Cit. pp. 20-21.

¹⁴BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 75.

¹⁵ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 27.

vestígios dessas teorias de Montesquieu em obras como *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith e *A Filosofia da História*, de Hegel, além das questões referentes à discussão do “despotismo oriental”, e do “modo de produção asiático”, presentes em Marx e Engels (ARNOLD, 2000: 28-29).

Essas ideias expressas por Montesquieu, nas quais o clima e o meio em geral atuavam na modelagem do homem, voltaram a entrar bastante em voga já em finais do século XVII, sendo muito importantes nos séculos XVIII e XIX. A Medicina, as ciências, a filosofia, a poesia, a pintura, e até mesmo a jardinagem, nos dão provas da profunda penetração dessas ideias nas sociedades europeias – e, depois, em outros lugares do globo – nesse período. (ARNOLD, 2000: 24).

Como observa Glacken, em nenhuma das épocas anteriores, os pensadores se haviam posto a examinar as questões relativas à cultura e ao ambiente com tanta minúcia, curiosidade e dedicação como o fizeram no século XVIII.¹⁶ E, nesse sentido, o clima ocupou lugar central no pensamento social, pois, como vimos, era considerado elemento fundamental no destino das civilizações. E, em meio a toda uma herança que ressaltava a beleza dos trópicos, mas que também mostrava as mazelas e fraquezas que esses mesmos trópicos traziam aos seus povos, o século XIX se viu às voltas com textos que vangloriavam o calor e a beleza da zona tropical e com tratados que o apresentavam como verdadeiro impedimento ao sucesso civilizacional. Foi em meio a toda essa ambiguidade, produzida por respeitadíssimos estudiosos europeus, que as representações sobre os trópicos brasileiros foram se formando, como veremos à frente.

Entretanto, se durante o século XVIII podemos encontrar essa série de discursos detentores de signos negativos em relação ao Novo Mundo, também é possível que encontremos imagens construídas de maneira positiva, provocando assim uma “disputa” – no termo de Gerbi – entre os “defensores” dessa natureza e seus “detratores”.

Entre os que contestaram essas ideias negativas sobre a natureza americana, podemos enquadrar Rousseau,¹⁷ defensor da tese que o homem civilizado perdera sua bondade e fora levado a um estado de barbárie, acreditando assim, que a alternativa para combater essa

¹⁶GLACKEN, Clarence. *Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century*. Berkeley, 1967. p. 501.

¹⁷ROUSSEAU, Jean Jacques. “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”. *Apud* SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993. p. 45.

“degeneração” estava no homem bravo. Isso o levou à conclusão de que a Europa civilizada tinha muito que (re)aprender com a América selvagem.¹⁸

Nesse mesmo rol de “defensores” da América, o que mais contribuiu para uma reversão das imagens negativas da natureza do Novo Mundo foi o naturalista Alexander von Humboldt que, através de uma série de ruínas antigas – como fósseis e monumentos –, já em finais do século XVIII, atestou a grandiosidade e a idade geológica avançada das Américas, quebrando assim ideias depreciativas sobre o continente, como era o caso de sua suposta “juventude”, que ajudava a explicar sua inferioridade e debilidade.¹⁹

Segundo Roberto Ventura, com essas “provas” de Humboldt e as retratações de Buffon a respeito de suas teses depreciativas sobre a natureza do Novo Mundo, os embates sobre a questão natural americana arrefeceram, em finais do século XVIII, com uma suposta “vitória” das teorias de Humboldt e de outros “defensores” da América.²⁰ Portanto, podemos, a partir dessa situação, notar que discursos foram construídos e desconstruídos, a respeito da natureza americana, estando entre seus elementos componentes envoltos por uma série de símbolos que permeavam o imaginário europeu e americano, assumindo assim o clima ora conotação positiva, ora conotação negativa, mesmo mantendo-se praticamente as mesmas as características físicas que o formam, em todo o período, o que ajuda a corroborar a nossa ideia central de que o clima assume formas mutáveis à medida que mudam os discursos sobre ele, quebrando a ideia da rigidez do elemento natural.

Assim, podemos adentrar o século XIX, um momento chave para o nosso estudo, visto que, em 1822, temos a emancipação política do Brasil em relação a sua metrópole portuguesa e a formação de um Estado Nacional brasileiro. Se nos remetermos aos dizeres de Bronislaw Baczko, entenderemos que esse período se torna um marco para o estudo do imaginário nacional, uma vez que nele encontramos uma série de criações simbólicas no país, promovidas pela política imperial.

Segundo Baczko, todo poder, e particularmente o poder político, está rodeado de representações coletivas, e, no âmbito do imaginário e do simbólico, é um lugar estratégico, de importância capital.²¹ Assim, a instalação do Governo Brasileiro tem como consequência

¹⁸NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre o Campo e a Cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas: [s.n.], 1999. p. 25.

¹⁹ SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. pp. 615-616.

²⁰ VENTURA, Roberto. Op. Cit. p. 26.

²¹BACZKO, Bronislaw. *Los Imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1991. p. 12.

uma intensa produção de representações e símbolos acerca do Brasil, como a criação de condecorações, brasões, bandeiras, hinos, entre outros.²²

Vale ainda ressaltar que o Governo Imperial necessitava de símbolos nacionais, pois, em uma nação jovem, detentora de um território de dimensões continentais, com uma população dispersa por regiões distantes entre si e muito mal comunicadas, como era o caso do Brasil, não demorou a apresentar casos de tentativas de secessão – como as chamadas Rebeliões Regenciais - e o país se viu à beira de um colapso territorial, logo após a sua independência.²³

Além dessa questão da formação do Estado nacional brasileiro e da consequente produção de símbolos para o país, acreditamos que o século XIX se apresenta como um momento privilegiado para o estudo da temática proposta, por se tratar de um período no qual o discurso científico penetra no cenário intelectual da nação. Principalmente a partir da década de 1870, momento no qual podemos notar uma maior inserção da questão mesológica no pensamento social brasileiro. Segundo Renato Ortiz, nessa época ocorre o declínio do romantismo de Gonçalves Dias e José de Alencar, e a *intelligentsia* brasileira é abalada por um “bando de ideias novas”,²⁴ notadamente, teorias científicas, como o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer.²⁵

E nesse sentido, a situação do Brasil era bastante problemática, uma vez que toda uma nação precisava ser criada, heróis e orgulho deveriam ser trazidos à população brasileira, e tudo isso deveria ser criado em um lugar já condenado ao fracasso pelo seu clima – com todo o peso daqueles que o condenaram, oriundos da Europa. Desta maneira, a então nascente nação brasileira precisava reverter, ou pelo menos matizar, essa noção tão forte e tão antiga que associava o clima tropical ao fracasso – ou o Brasil estaria fadado a estar para sempre às margens da civilização, em um contexto global.

²² Vale ressaltar que, segundo Hobsbawm, foram os nacionalismos que deram origem à formação dos Estados nacionais, ou seja, o sentimento nacional é anterior à nação como corpo político. Nesse sentido, o Brasil estava no caminho inverso, com um Estado formado, mas sem uma nação própria. Cf. HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990. pp. 17-19.

²³ A historiadora Maria Janotti registra a ocorrência de exatamente 20 movimentos provinciais entre 1831 e 1848 – como é o caso da Cabanagem, da Revolução Farroupilha, entre outros –, que atingiram quase todo o território nacional, o que comprova que os anos posteriores à independência foram críticos para a firmação do Estado Brasileiro. In. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Ainda sobre essa temática, podemos citar as seguintes obras: MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. pp. 285-286; PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996. pp. 224-225.

²⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. p. 14

²⁵ Sobre essas vertentes científicas, podemos encontrar suas respectivas conceitualizações na obra: NETTO, Antonio Garcia de Miranda (org.) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

No mais, vale ainda recordar que o clima tropical, tão nocivo ao desenvolvimento dos povos, produzira os fracos e débeis indígenas e negros, sob os calores da África e América, e estes compunham parte considerável da população brasileira, o que levou a questão racial a se imbricar com a climática, nessas discussões a respeito de um projeto de Brasil no idos do século XIX.²⁶

Nesse contexto, no qual a ciência ganha grande destaque na sociedade brasileira²⁷ e intelectuais se preocupam com os futuros da nação, o meio, com a raça, torna-se um importante elemento para explicar a condição do Brasil, como podemos notar no trecho abaixo, de Renato Ortiz:

A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos, esclarecia assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o meio como principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda teria sido determinante na criação de uma economia escravagista. Combinadas ao efeito da raça, a interpretação se completa.²⁸

É justamente nesse período, ou seja, a partir da penetração de um saber calcado no científico que o discurso médico ganha destaque em âmbito nacional, o que não quer dizer que, em épocas anteriores a esse período, a medicina não tenha participado ativamente do pensamento social brasileiro. No entanto, segundo Ferreira, Maio e Azevedo, foi a partir da década de 1880, que a reformulação das instituições e a diversificação da coletividade médica iniciaram a estruturação de um campo de relações sociais específicas aos praticantes das ciências médicas.

Dentro dessa temática, duas instituições merecem destaque, pois contribuíram para quebrar o “desencanto” que mostramos e que havia na ciência sobre o clima tropical e ajudaram assim a posicioná-lo como um elemento constituinte da identidade nacional brasileira, dentro de um viés positivo, evidenciando que o clima, mesmo sendo elemento físico, mensurável, está sujeito às interpretações próprias de cada tempo e contexto.

A primeira delas é a Academia Imperial de Medicina (AIM)²⁹, fundada em 1829 – essa instituição foi fundada com o nome de Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e,

²⁶ BARBATO, Luis Fernando Tosta. “A raça em revista: um guia de artigos comentados sobre a questão racial nas revistas do IHGB (1870-1902)”. In *Revista Expedições : Teoria da História & Historiografia*. V. 5, N.1, Janeiro-Julho de 2014.

²⁷ Como frisou Schwarcz: “Nos institutos, nos jornais, nos romances, era como uma sociedade científica e moderna que o Brasil pretendia se auto-representar”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. Op. Cit. p. 30

²⁸ ORTIZ, Renato. Op. Cit. 2006. p. 16.

²⁹ Como já frisei, essa sociedade nasceu com outro nome, mas aqui vou tratá-la como AIM por ser o nome mais duradouro no século XIX, período do qual estamos tratando.

posteriormente, foi rebatizada como Academia Nacional de Medicina (1889).³⁰ A outra é a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ), fundada em 1886.³¹ Tanto a AIM quanto a SMCRJ possuem uma série de publicações a respeito de questões médicas e que ressaltam a importância das questões climáticas dentro do imaginário social, político e científico da época.

Ambas as sociedades surgiram de iniciativas para organizar a categoria médica em torno das discussões específicas da saúde e em relação ao seu papel político e social. No entanto, em vista das suas posturas políticas distintas, as duas sociedades adquiriram características próprias.

A fundação da AIM está relacionada ao início da institucionalização da higiene no Brasil, era uma sociedade moldada pelo movimento higienista europeu de finais do século XVIII, o que, do ponto de vista político, significava a necessidade de converter a saúde em uma questão de interesse público e de competência estatal³².

A partir de 1835, a AIM passa a receber o patrocínio do Governo Imperial – razão pela qual muda de nome – e, a partir de então, essa ligação se mantém até os tempos finais do Império, inferindo assim à AIM características bastante peculiares. A partir dessa união, a AIM torna-se um órgão corporativo, formalmente atrelado aos interesses estatais: todos os candidatos a sócio, antes de passarem pelo processo de seleção, deveriam ser obrigatoriamente aprovados pelo Governo Imperial; aos membros componentes da sociedade cabiam cobiçados postos de trabalho na máquina pública ou, ainda, as vendas de medicamentos autorizadas somente mediante o exame de aprovação da AIM.³³ Portanto, notamos que dessa aliança surge uma medicina de cunho oficial.

No entanto, toda essa política de benefícios que o Estado concedia à AIM acabou por cercear sua autonomia, levando-a a uma estagnação intelectual, que pode ser constatada na pouca participação da AIM no movimento de renovação da medicina iniciado a partir da década de 1870, embalado pelas teorias científicistas que aportavam no Brasil. Foi somente em 1885, que se buscou instaurar pressupostos modernizantes na academia, o que não

³⁰ “Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro”. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Consultado em 15/01/2015. Disponível: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedrj.htm>

³¹ “Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro”. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)* Consultado em 15/01/2015. Disponível: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmecircam.htm>

³² FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor & AZEVEDO, Nara. “A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa”. Op. Cit. p. 479.

³³Idem, pp. 480 – 481.

significou mudanças estruturais significativas, já que a relação entre o Governo Imperial e a AIM permaneceria até o final do Império, embora, esse já não mais a ajudasse como anteriormente.³⁴

Já a SMCRJ surge como uma alternativa à interferência do poder estatal nas questões relacionadas à medicina. A SMCRJ aparece como uma associação científica republicana, democrática e sensível aos problemas relativos à saúde pública, o que contrastava com a AIM, cuja dependência do governo imperial limitava a participação de seus membros tanto nos debates científicos, quanto nas formas de intervenção na sociedade. Julio Sanderson Queiroz chega a considerar a fundação da SMCRJ como um “movimento de libertação” do saber médico brasileiro.³⁵

A postura liberal da SMCRJ pode ser notada pelo seu processo de recrutamento de membros, que consistia apenas no convite ou indicação por um componente da sociedade, sem maiores restrições, enquanto, para se efetuar o ingresso na AIM, era exigido um trabalho científico, além da pré-aprovação governamental. Além disso, a observação dos boletins produzidos pela SMCRJ revela uma sociedade atuante e participativa nas questões sociais de seu tempo, como os debates acerca das epidemias – em particular a de Febre Amarela – que assolavam o Rio de Janeiro no período. Os boletins também ressaltam que seus membros estavam atualizados em relação aos debates sobre o clima tropical e as suas consequências para a saúde pública, o que implicava em ações específicas de cunho sanitarista e higienista.³⁶

No entanto, como ressalta o artigo de Ferreira, Maio e Azevedo, essa configuração da SMCRJ não foi capaz de reverter a atitude tradicional caracterizada pela indiferença e apatia, medida, à época, entre outros critérios, pelo grau de participação da vida associativa. Apesar de aglutinar uma quantidade considerável de sócios – cerca de 200 em 1889 – e de ser a pioneira no Brasil na organização de congressos científicos, as atividades rotineiras da associação em geral contavam com um *quorum* muito baixo.³⁷

Dessa maneira, o discurso médico mostra-se como um meio privilegiado pra o entendimento acerca das questões mesológicas que relacionavam os trópicos com as suas enfermidades numerosas, agressivas e típicas, isso porque os médicos do século XIX e início

³⁴Idem, pp. 481 – 482.

³⁵ QUEIROZ, Julio Sanderson. *Memória da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em um século de vida*. Rio de Janeiro: RioArte/Mec, 1986. p. 14.

³⁶ FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor & AZEVEDO, Nara. “A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa”. Op. Cit. p. 479.

³⁷Idem, pp. 484 – 485.

do século XX também participaram da construção do imaginário nacional, já que estavam envolvidos em um projeto político que visava empreender um modelo de civilização europeia no Brasil. Nesses discursos médicos, o clima exerce importância fundamental dentro do texto, afinal, nesse período estava em voga na Europa, e foi trazido para o Brasil, o chamado neo-hipocratismo, uma concepção ambientalista da medicina, baseada na hipótese da relação intrínseca entre doença, natureza e sociedade.³⁸

A AIM publicou uma série de periódicos ao longo de sua trajetória de mais de 150 anos, esses periódicos tiveram nomes, formatos e objetivos diferentes ao longo do tempo. A instituição foi responsável pelas seguintes publicações³⁹: *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833); *Revista Médica Fluminense* (1835-1841); *Revista Médica Brasileira* (1841-1843); *Annaes de Medicina Brasiliense* (1845-1849); *Annaes Brasilienses de Medicina* (1849-1885); *Annaes da Academia de Medicina* (1885-1916); *Boletim da Academia Nacional de Medicina* (1916-1991); *Anais da Academia Nacional de Medicina* (1992).⁴⁰

Já a SMCRJ publicou os *Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro* (1889-1896); *Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro* (1896 a 1910); *Annaes da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro* (1915-1930). Essa publicação tem sua denominação mudada para *Annaes Brasileiros de Medicina e Cirurgia* e, em 1932, o nome é atualizado para *Anais Brasileiros de Medicina*.

Dessa maneira, tanto os médicos ligados a AIM, quanto os ligados à SMCRJ, assim como aqueles desligados dessas associações, mas que partilhavam dos movimentos culturais em voga na Europa, construíram todo um imaginário a respeito dos trópicos, reproduzindo as mazelas que as teorias detratoras do nosso clima tanto difundiam, embora também permeado de esperanças, uma vez que esses problemas tropicais pareciam ter solução, e essas soluções viriam justamente da mesma Europa que o detratava. A ciência surgia cada vez mais como uma aliada na luta contra os efeitos deletérios do clima tropical, real e perigoso, mas que podia se curvar à força da ciência.

No exemplo abaixo, por exemplo, retirado dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, publicados pela AIM, podemos notar a crença na atuação dos climas sobre a saúde e o

³⁸Idem, p. 479; SARTORI, Maria da Graça Barros. *Clima e Percepção*. São Paulo: [s.n.], 2000. p. 37.

³⁹ Vou apenas elencar as publicações, sem me ater às suas características e à sua periodicidade, visto que tal discussão demandaria um espaço que aqui não possuímos.

⁴⁰ “Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro”. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Op. Cit.; Site da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://www.bn.br/>. Consultado em 26/10/2013.

temperamento das pessoas, o que mostra a ideia de que esses médicos oitocentistas reproduziam certos preconceitos existentes em seu tempo:

Os climas, modificando as condições do organismo, mudando em alguns indivíduos a sua constituição e temperamento, collocão-os em planos diferentes de receptividade dos agentes therapeuticos; nos climas frios, os excitantes, os alcoólicos, etc., são melhor supportados que nos climas temperados ou quentes, e, vice-versa, para os agentes debilitantes.⁴¹

No entanto, podemos notar que mesmo havendo a crença de que os climas atuavam no sentido de formar povos e pessoas, também havia as defesas em relação ao clima tropical brasileiro, como temos ressaltado, o que evidencia a ideia de que os médicos brasileiros também estavam envoltos no projeto de uma nação tropical. O exemplo abaixo, retirado também dos *Annaes Brazilienses de Medicina*, ressaltam o caráter muitas vezes difamatório com o qual os seus autores tratavam os trópicos, além de que a realidade nem sempre condizia com as mazelas tão normalmente relatadas:

O Brazil, situado quasi inteiramente entre o Equador e o tropico do Capricórnio, é dotado de climas diversos, quentes e temperados, segundo as differentes latitudes, dominando, porém, o quente, sobretudo nas províncias do Norte situadas na zona torrida, em algumas das quaes no interior é ás vezes ardente. Todavia nem por isso deixa de ser salubre em muitos pontos de seu domínio; sendo certo que as noticias espalhadas em contrario por alguns escriptores, ou adrede, ou por ignorância dos acontecimentos que se passam entre nós, não tem fundamento, como vamos mostrar, dando em largos passos uma sucinta noticia das condições de sua salubridade, sem que nesta occultemos os factos mais salientes que se dão a este respeito (...) Se é isto incontestável, o remedio virá mais cedo ou mais tarde, visto como nem todas estas causas são irremessiveis. A primeira irá sendo remediada com o aumento da população, o progresso da civilização e da instrucção fazendo conhecer os males dahi provenientes e encaminhando os homens a afastal-os tanto quanto fôr possível; a segunda será remediada com a generalisação do emprego da vacina, porque só assim poderemos impedir a frequência das epidemias deste flagello que tão a miúdo se succedem; a terceira, quando tivermos administrações que abandonando o cuidados de uma politica estéril, causando o atrazo do paiz, cuidarem de promover o seu engrandecimento, activando os seus melhoramentos moraes e materiaes; a quarta, quando tivermos um reparticção de saúde publica com os meios convenientes ao desempenho do sua alta missão.⁴²

Isso porque, desde o período das Luzes, no século anterior, cada vez mais a medicina se voltava para os cuidados com a saúde da população, e se transformava em um instrumento a

⁴¹ COUTINHO, José Ferreira Anjo. “A fórmula em therapeutica”. In *Annaes Brazilienses de Medicina*. Nº 3, T. XXXIII. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert & C., 1882.

⁴²REGO, José Pereira. “Nota sucinta sobre as condições geraes de salubridade do Imperio”. In *Annaes Brazilienses de Medicina*. Nº 3, T. XXXVI. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert & C., 1884. pp.224-240.

serviço do Estado.⁴³ Cada vez mais estudiosos do assunto substituíam a explicação climática como causa principal das doenças para os fenômenos sociais, como a pobreza ou as condições de vida,⁴⁴ além de, cada vez mais, os médicos defenderem alterações no meio ambiente como forma de combater os males causados pelas doenças na zona tórrida.⁴⁵ Os trópicos pareciam perder o combate contra a civilização e, por meio de mudanças sociais ou ambientais, podia ter seus efeitos negativos anulados, ou pelo menos, minimizados.

Como dissemos, a partir de finais do século XVIII, uma série de novas variáveis entrou em jogo nos estudos referentes ao meio ambiente, que passa a ser, cada vez mais, sujeito a mensurações e cálculos, que permitiam mais avaliações sobre a possibilidade de modificá-lo, além de permitir simulações e previsões de como essas alterações atuariam sobre os organismos, particularmente, em relação ao controle das enfermidades mais frequentes nos climas tórridos.⁴⁶

A umidade e o calor tinham sua parcela de culpa nas enfermidades que assolavam os trópicos, mas não eram os únicos responsáveis pela situação em que se encontravam os trópicos: a educação, os hábitos, as ações governamentais, a falta de assistência médica, entre tantos outros fatores “humanos”, também tinham sua parcela de culpa, a qual não era pequena. Se os trópicos eram problemáticos, no que se referia à saúde de seus habitantes, isso poderia ser revertido ou minimizado, e vislumbrava-se o homem vencendo a natureza, graças aos aparatos fornecidos pela civilização.

Febres poderiam ser combatidas com obras que evitassem inundações, ou se os alagados fossem esgotados, bastava empenho da população e do governo, para a melhora no quadro

⁴³ Exemplo que corrobora isso foi a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, durante a administração pombalina, no século XVIII, na qual a consciência da importância da prevenção das enfermidades ficou mais nítida com a valorização dos assuntos referentes à higiene, presentes nos Estatutos. Cf. ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a saúde e a doença: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Belo Horizonte: [s.n], 2006. pp. 21-24.

⁴⁴ Sandra Caponi vê como razão para essa mudança de concepção a respeito da saúde nos trópicos, de fenômenos climáticos para fenômenos sociais, a diferença no poder de atuação dos médicos em ambas as possibilidades, uma vez que, enquanto nos hábitos sociais tinham os higienistas uma real capacidade de intervenção, isso era muito escasso no que se referia às questões climáticas. Como nos disse Aeckernecht: “No se puede reformar el clima pero si se pueden reformar las condiciones sociales!”. Cf. AECKERNECHT, E. *La médecine hospitalaire à Paris*. Apud. CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007. p. 16.

⁴⁵ARNOLD, David. Op. Cit. pp. 139-140.

⁴⁶CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. Op. Cit. pp. 17-18; Não que isso fosse exatamente uma novidade, desde a antiguidade, já há relatos de tentativas de se eliminar ou minimizar os efeitos das doenças a partir das alterações no meio ambiente, como é o caso da drenagem e o aterro de pântanos ou o suprimento de água limpa e potável, como forma de evitar enfermidade. Cf. UJVARI, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias - A convivência do homem com os microorganismos*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora SENAC São Paulo, 2003. p. 25.

sanitário do Brasil se operar. Viver nos trópicos não era necessariamente estar à mercê de seus infortúnios.

Assim, o saber médico pode ser visto como mais que um aliado na luta pela saúde e pela vida longa, mas também na luta contra a barbárie que tocava os trópicos, pelo menos no imaginário europeu da época. Os médicos ajudariam a provar que o Brasil, mesmo sendo tropical, era passível de civilização, podendo seus habitantes viverem com a mesma tranquilidade que se vivia na Europa e na América do Norte, de climas temperados, onde as carneiradas e as febres terças pouco tiravam o sono de seus habitantes.

Referências Bibliográficas

AB´SABER, Aziz Nacib. “A climatologia e a meteorologia no Brasil” In FERRI, Mário Guimarães & MOTOYAMA, Shozo (orgs.). *História das ciências no Brasil*. V. 2. São Paulo: EDUSP, 1979.

ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a saúde e a doença: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Belo Horizonte: [s.n], 2006.

AECKERNECHT, E. La médecine hospitalaire à Paris. Apud. CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ARREGUI, Frederico Alvarez. “El debate del Nuevo Mundo” In PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993.

AZEVEDO, Fernando de(org.). *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BACZKO, Bronislaw. *Los Imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1991.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. “A raça em revista: um guia de artigos comentados sobre a questão racial nas revistas do IHGB (1870-1902)”. In *Revista Expedições : Teoria da História & Historiografia*. V. 5, N.1, Janeiro-Julho de 2014.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)*. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CAPONI, Sandra. “Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica”. In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugalia Editora, 1967.

COUTINHO, José Ferreira Anjo. “A fórmula em therapeutica”. In *Annaes Brazilienses de Medicina*. Nº 3, T. XXXIII. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert & C., 1882.

EDLER, Flávio Coelho, *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. Dissertação de mestrado, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da USP, São Paulo, 1992.

FERRAZ, J. Sampaio. “A meteorologia no Brasil”. In AZEVEDO, Fernando de(org.). *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FERREIRA, Luiz Otávio, “Medicina impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)” In CHALHOUN, Sidney *et al* (org.), *Artes e ofícios de curar no Brasil*, Campinas, SP: Unicamp, 2003.

FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor & Nara Azevedo. “A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa” In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. IV(3): 475-491, nov.1997- fev. 1998.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – História de uma polêmica 1750 -1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GLACKEN, Clarence. *Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century*. Berkeley, 1967.

HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

HUE, Sheila Moura. *Primeiras Cartas do Brasil (1551 – 1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zaluar, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MACHADO, Roberto *et al.*, *Danação da norma: Medicina social e constituição da medicina no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre o Campo e a Cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas: [s.n.], 1999.
- NETTO, Antonio Garcia de Miranda (org.) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.
- PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- QUEIROZ, Julio Sanderson. *Memória da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em um século de vida*. Rio de Janeiro: RioArte/Mec, 1986.
- REGO, José Pereira. “Nota sucinta sobre as condições geraes de salubridade do Imperio”. In *Annaes Brazilienses de Medicina*. Nº 3, T. XXXVI. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert & C., 1884
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis; *Nas trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*, Campinas, SP: Unicamp, Cecult, IFCH, 2001.
- SANT’ANNA NETO, João Lima. “História da climatologia no Brasil: Gênese e Paradigmas do clima como fenômeno geográfico”, in *Cadernos Geográficos/Universidade Federal de Santa Catarina*. Nº 1. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.
- SARTORI, Maria da Graça Barros. *Clima e Percepção*. São Paulo: [s.n.], 2000.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.
- UJVARI, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias - A convivência do homem com os micro-organismos*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora SENAC São Paulo, 2003.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.